**ASSUNTO**: Revisão das Resoluções ANP nº 16 e 17 de 10/06/2010, publicadas no DOU de 11/06/2010 e dos Regulamentos Técnicos nº01 e 02 de 10/06/2010, publicados no DOU de 11/06/2010, que regulamentam as atividades de refino de petróleo e de processamento de gás natural.

**REFERÊNCIA**: Processo ANP nº 48610.002422/2014-71

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. **INTRODUÇÃO**
	1. Desde a publicação das Resoluções ANP nº 16 e 17 no DOU de 11/06/2010 e dos seus respectivos regulamentos técnicos, que substituíram a Portaria ANP nº28, de 5/02/1999, a Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Bicombustíveis (SRP), vem realizando a autorização das atividades de refino e processamento de gás natural, a partir de um processo mais robusto e detalhado, com duas etapas, uma para construção (instalações novas ou ampliação) e outra para operação.
	2. Após 3 anos e meio de vigência dessas resoluções e regulamentos, foram publicadas aproximadamente 57 autorizações para a atividade de refino e 13 autorizações para a atividade de processamento de gás natural. Além disso, praticamente todas as instalações que já possuíam autorização para operação foram adequadas às novas resoluções. Como essa regulamentação tem um caráter bastante prescritivo, foi possível que a SRP acumulasse informações consolidadas sobre as atividades de refino e processamento de gás durante esse período.
	3. Desta forma, considerando a experiência vivenciada pela SRP após a publicação desta resolução e o dinamismo do mercado de combustíveis, verificou-se a necessidade de realizar algumas alterações nas resoluções, com o objetivo principal de atingir uma regulamentação cada dia mais eficiente.
	4. Sendo assim, esta superintendência elaborou duas minutas de resolução que alteram e incluem alguns artigos nas Resoluções ANP nº 16/2010 e nº 17/2010 e nos seus respectivos Regulamentos Técnicos nº01/2010 e 02/2010, de forma a aprimorar a regulamentação para a atividade de refino de petróleo e processamento de gás natural. Esclarecemos que as resoluções e regulamentos tratados aqui são muito parecidos, diferindo apenas em alguns pontos técnicos peculiares à características de cada tipo de instalação. Por esse motivo, optou-se em realizar uma única Nota Técnica para alteração das duas regulamentações.
2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

*Lei 9.478, DOU de 07/08/1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o CNPE e a ANP. De acordo com o disposto nos arts. 8º, 53 e 54 desta lei, cabe à ANP a autorização e fiscalização das atividades de refino e processamento de gás, conforme transcrito abaixo:*

“Art. 8º ...

...

*V - autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;*

*...*

VII - fiscalizar diretamente e de forma concorrente nos termos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

...”

"Art. 53 Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º desta Lei poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento, de liquefação, de regaseificação e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

§ 1º. A ANP estabelecerá os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

§ 2º. Atendido o disposto no parágrafo anterior, a ANP outorgará a autorização a que se refere o inciso V do art. 8º, definindo seu objeto e sua titularidade." e

"Art. 54É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular satisfaça os requisitos expressos no § 1º do artigo anterior."

1. **INFORMAÇÕES TÉCNICAS**

As modificações a serem realizadas nas resoluções podem ser divididas em três classes principais: a primeira se refere a simplificações dos processos com redução de obrigações para os agentes, a segunda se refere à formalização de solicitações que eram realizadas por ofício e já atendidas pelos agente e a terceira se refere à adequação de texto ou inserção de novas obrigações de forma a manter o mesmo padrão de outras resoluções da SRP. As alterações mais importantes serão pontuadas ao decorrer desta nota técnica.

* 1. Inclusão de novas definições e readequações de definições existentes, tornando o texto mais claro e objetivo para o agente regulado.
	2. Eliminação da necessidade de autorização para ampliação do parque de tanques. O aumento de capacidade de "armazenamento" não será mais considerado ampliação de "capacidade". Entretanto, a ANP será informada antes do início das alterações, podendo solicitar documentações adicionais previstas na resolução caso julgue necessário. Essa alteração está compatível com outras resoluções da SRP.
	3. Exclusão dos termos "alteração do perfil de produção e qualidade final dos produtos" do item referente à ampliação de capacidade, visto que alterações nesses dados não necessariamente ocorrem devido a uma ampliação. Para que a ANP continue recebendo informações sobre o perfil de produção e alterações na qualidade dos produtos, foi incluído um artigo que solicita o envio dessas informações antes da alteração, porém não sendo mais necessária a autorização.
	4. Inclusão das unidades de tratamento de produtos e, no caso de refinaria também processos auxiliares, no artigo referente à ampliação, de forma a evidenciar a necessidade de autorização para essas unidades. Essas ampliações atualmente já são objeto de autorização da SRP. No caso de refinaria, foi incluída uma nova definição contemplando somente as unidades que hoje recebem autorização.
	5. Flexibilização da publicação do sumário e autorização para construção nos casos em que a ampliação é devida somente a alterações em condições de processo ou insumos, sem adição de equipamentos e assim sem alterações físicas significativas na instalação.
	6. Exclusão da obrigatoriedade de envio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis nas solicitações de autorização, simplificando o processo de análise da solicitação.
	7. Flexibilização em relação à documentação do Projeto de Controle de Segurança permitindo que junto à solicitação de autorização para "construção" seja entregue o protocolo comprovando que o Projeto de Controle de Segurança foi submetido ao Corpo de Bombeiros para análise.
	8. Redução do tempo para recebimento de comentários e sugestões do sumário para 15 dias, com o objetivo de agilizar a autorização para construção de instalações importantes para o país, mantendo o prazo de 30 dias somente para novas refinarias ou novos pólos de processamento de gás natural, que por serem novos, demandam maior prazo para a participação da sociedade.
	9. Flexibilização de documento que informe a capacidade nominal da instalação autorizada pelo órgão ambiental. A Licença de Operação, em alguns casos, não possui a informação da capacidade nominal da instalação. Como essa informação é essencial ao processo autorizativo, essa informação poderá ser encaminhada por meio de outro documento emitido pelo órgão ambiental ou por documentos que permitam inferir essa informação no processo de solicitação da licença. Esse procedimento já vem sendo adotado na SRP e é compatível com outras resoluções desta superintendência.
	10. Melhoria na definição do momento no qual o agente deve solicitar vistoria às instalações objeto de autorização para operação. A falta de precisão do momento da vistoria tem gerado muitas exigências nos laudos. Em muitos casos é necessário a realização de nova vistoria na unidade, elevando os custos de viagem e H/H e atrasando a publicação da autorização. Isso ocorre apenas devido a vistoria ter sido realizada em momento em que a instalação não está completa ou os procedimentos/treinamentos não implementados.
	11. Permissão para a realização da vistoria sem a apresentação da Licença Ambiental, ficando a autorização para operação condicionada à entrega dessa documentação. O objetivo é agilizar a vistoria, que tem uma logística demorada não prejudicando o início de operação da unidade, e sem impacto na segurança.
	12. Dispensa da vistoria para os casos de solicitação de autorização para operação de ampliações sem adição de equipamentos, onde não há alterações físicas significativas na instalação. Esse procedimento já vem sendo adotado na SRP para outras atividades reguladas e é compatível com outras resoluções desta superintendência.
	13. Inclusão de obrigatoriedade de manutenção do Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros atualizado, seguindo o mesmo padrão utilizado em outras resoluções da SRP.
	14. Definição de datas específicas para o envio da previsão das paradas programadas das refinarias, pólos de processamento de gás natural ou unidades dessas instalações, incluindo prazo para comunicação de alterações nas previsões.
	15. Solicitação de relatório das paradas que foram efetivamente realizadas. Essa informação é importante para auxiliar a SRP a verificar se a manutenção das unidades foram realizadas de forma a não prejudicar a segurança operacional da instalação.
	16. Readequação do texto relacionado ao envio de dados diários contendo informações relativas à operação do dia anterior. Essa alteração foi realizada para adequação ao sistema que está sendo desenvolvido pela ANP. Também foi inserido um artigo solicitando dados georreferenciados das instalações, que serão utilizados por este sistema de acompanhamento, porém uma regulamentação específica para esse artigo será elaborada posteriormente.
	17. Inclusão de novo artigo que trata da aprovação pela ANP para realização de testes de carga máxima nas instalações autorizadas, que tem por objetivo aumentar a eficiência de produção de derivados para atender o mercado nacional.
	18. Inclusão de um percentual mínimo de variação na capacidade autorizada (1%), reconhecendo pequenas variações na operação das unidades.
	19. Readequação de documentos solicitados nos regulamentos técnicos reduzindo repetição de informações técnicas. Os documentos que foram retirados ou simplificados não alteram as principais informações necessárias para a instrução do processo.
	20. Exclusão do artigo referente à prorrogação dos prazos estabelecidos na Autorização para Construção visto que a validade da autorização estará vinculada ao cronograma, que deverá ser atualizado junto à ANP a cada 6 (seis) meses.
	21. Inclusão de relatório contendo as entradas e saídas médias anuais das unidades de processo, de forma a manter um acompanhamento anual do volume efetivamente processado nas unidades.
	22. Inclusão de anexos para padronização de modelos já existentes na internet.
1. **CONCLUSÃO**
	1. Segundo o exposto nesta Nota Técnica, a Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis - SRP submete para consulta e audiência públicas, as minutas das resoluções, em anexo, que alteram as Resoluções nº 16 e 17 e os Regulamentos Técnicos ANP nº01 e 02, de 10/06/2010 publicados no DOU de 11/06/2010, que regulamentam a atividade de refino e processamento de gás natural, após apreciação da Procuradoria Geral e aprovação da Diretoria Colegiada da ANP.
	2. Cabe destacar que as proposições tratadas nas minutas de resolução buscam na sua maioria simplificar o processo de autorização, melhorar o entendimento da resolução por parte dos agentes regulados, incluir obrigações que já eram solicitadas aos agentes e tornar a regulação da ANP mais eficiente.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

LUCIANA TAVARES S. DE ALMEIDA

Especialista em Regulação

Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e

Produção de Biocombustíveis

De acordo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

Superintendente de Refino, Processamento de Gás Natural e

 Produção de Biocombustíveis